

ESTADO DO PARÁ  
MUNICÍPIO DE COLARES  
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLARES  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SUPRIMENTOS E LICITAÇÕES  
TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2018-PMC  
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 69/2018-PMC



unitários apresentados pela CONTRATADA e aprovados pela CONTRATANTE, tendo como referência sempre que cabível, os coeficientes e insumos constantes das composições de preços unitários constantes no Edital, respeitado o limite imposto no § 1º, desta cláusula.

§ 3º - A CONTRATADA não poderá subcontratar total ou parcialmente o objeto contratual, associar, ou a outrem, ceder ou transferir, no todo ou em parte este contrato.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DE EXECUÇÃO:** O regime de execução será indireta, empreitada por preço global.

§ 1º o início da execução da obra esta condicionada a emissão e assinatura da ordem de serviço.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO, DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DO REAJUSTAMENTO:** Este contrato tem o seu valor global de R\$ 539.469,21 (quinhentos e trinta e nove mil quatrocentos e sessenta e nove reais e vinte e um centavos).

§ 1º Os serviços serão pagos mensalmente, mediante medição finalizada até o último dia de cada mês, devidamente aceita pela FISCALIZAÇÃO deste contrato, conforme previsto na Planilha de Orçamento Analítico, não se admitindo qualquer tipo de adiantamento, ficando a SECRETARIA, com a responsabilidade por atrasos na apresentação das faturas por parte da CONTRATADA.

§ 2º A empresa deverá apresentar nota fiscal, após a conclusão e aceitação dos serviços de cada medição, tendo a contratante, o prazo de 05 (cinco) dias úteis para a sua conferência, observados os artigos 73 a 76, da Lei Federal n.º 8.666/93.

§ 3º A liquidação de cada despesa se dará com a apresentação, pela CONTRATADA, da planilha demonstrativa dos materiais entregues e instalados naquela medição, devendo a CONTRATANTE fazer a conferência da mesma. Em caso de recusa por divergências, a fatura será devolvida para a empresa para as devidas correções e ajustes, após o qual, será reapresentada à CONTRATANTE para nova conferência, cujo prazo para pagamento será reaberto.

§ 4º Somente após o cumprimento da orientação supra, será autorizado o pagamento à CONTRATADA, devendo ser observado o prazo de até 30 (trinta) dias a partir da data de emissão do atestado de execução dos serviços, que equivale ao correspondente aceite da nota fiscal e recebimento pela PMC.

§ 5º Não haverá o pagamento de qualquer adicional ao preço ajustado.

§ 6º Ocorrendo modificação dos encargos considerados nas composições de preços ditada por alteração na Legislação Federal, Estadual ou Municipal, poderá ser procedida à respectiva correção, para mais ou para menos, na medida em que a referida alteração na legislação reflita nas Composições dos Preços.

§ 7º As notas fiscais deverão ser emitidas em total conformidade com a legislação vigente e correlata, devendo ser acompanhada de documentação comprobatória de regularidade perante o INSS, FGTS e TRABALHISTA.

ESTADO DO PARÁ  
MUNICÍPIO DE COLARES  
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLARES  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SUPRIMENTOS E LICITAÇÕES  
TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2018-PMO  
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 69/2018-PMO



§ 8º A CONTRATANTE poderá sustar o pagamento de qualquer fatura, no todo ou em parte, nos seguintes casos:

- a) vícios ou defeitos na execução do objeto contratual;
- b) existência de quaisquer débitos para com a CONTRATANTE;
- c) existência de débitos para com terceiros, relacionados com o objeto contratual e que possam pôr em risco o bom andamento da execução contratual ou causar prejuízos materiais ou morais à PREFEITURA DE COLARES;
- d) em caso de contestação de valores das medições apresentadas.

§ 9º Nos preços referidos nesta cláusula, já estão incluídos todos os impostos, taxas, tributos, contribuições e demais encargos que incidam ou venham a incidir sobre o objeto contratual.

§ 10º Os pagamentos ficarão condicionados à apresentação das certidões de regularidade com a Previdência Social e com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço pela CONTRATADA, referentes à mão de obra utilizada na etapa contratual medida.

**CLÁUSULA QUARTA – DAS MEDIÇÕES E DA FISCALIZAÇÃO:** As aferições parciais que sustentarão as faturas a serem pagas pela CONTRATANTE, serão efetivadas através da fiscalização do servidor/engenheiro civil Cesar Eduardo Medeiros Canelas Filho, CREA/PA nº 15002763728, obedecendo o seguinte protocolo:

- I - lançamento dos quantitativos e valores no respectivo boletim de medição, com todas as observações significativas à apresentação à FISCALIZAÇÃO;
- II - a medição deverá estar em conformidade com o efetivamente fornecido e executado na obra;
- III - a medição deverá obedecer o estabelecido no Termo de Referência;
- IV - caso algum item de medição constante dos documentos apresentados pela CONTRATADA seja impugnado pela FISCALIZAÇÃO, o que deverá ocorrer da forma motivada, esta liberará para pagamento apenas a parte incontroversa, enviando à CONTRATADA relação dos itens impugnados e respectivas fundamentações;
- VI - para liberação da parcela contestada a CONTRATADA deverá apresentar sua justificativa no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis contados do recebimento da impugnação;
- VII - a FISCALIZAÇÃO, no prazo de 05 (cinco) dias úteis do recebimento da justificativa da CONTRATADA, decidirá motivadamente se aceita ou não, devendo em caso afirmativo, proceder os ajustes decorrentes através de boletim de medição complementar, autorizando de imediato o faturamento do valor respectivo, que vencerá no mesmo prazo em que vencer o valor não impugnado;
- VIII - não serão considerados na medição, quaisquer serviços que, embora executados, não tenham sido discriminados na planilha de quantidade e preços propostos, ou em suas respectivas alterações no curso do contrato;
- IX - nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária, reservando-se à CONTRATANTE o direito de descontar de faturas, quaisquer débitos da CONTRATADA em consequência de penalidades aplicadas;
- X - a FISCALIZAÇÃO exercerá as demais atribuições estabelecidas no Termo de Referência.

ESTADO DO PARÁ  
MUNICÍPIO DE COLARES  
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLARES  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SUPRIMENTOS E LICITAÇÕES  
TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2013-PMC  
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 69/2013-PMC



**CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA/EXECUÇÃO:** O presente contrato terá prazo de execução de 40 (quarentos e quarenta dias) contados da data da assinatura da Ordem de Serviço.

**CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** A despesa com a execução do contrato correrá a conta do convênio nº 31/2012 da SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E OBRAS PÚBLICAS-SEDOP, pelo valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) em conta corrente do Município de Colares no valor R\$ 58.720,67 (cinquenta mil setecentos e vinte reais e sessenta e sete centavos) da seguinte dotação orçamentária abaixo indicada, suplementados se necessário:

Funcional Programática: 15.451.0004.1.043 – Revitalização, urbanização e modernização da orla da cidade.  
Elemento da Despesa: 4.4.90.51.00 – Obras e 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES:**

- a) orientar, por iniciativa própria ou provocada, a execução dos serviços, sempre através de ordens de serviço contendo o detalhamento e especificações técnicas a serem cumpridos pela CONTRATADA;
- b) fornecer todas as informações e dados necessários ao bom desenvolvimento dos serviços, desde que sejam solicitadas por escrito e protocoladas junto a responsável técnico da CONTRATANTE, o qual terá até 05 (cinco) dias úteis para responder, sob a forma de Ordem de Serviço, contendo detalhamento e especificações técnicas a serem cumpridos pela CONTRATADA;
- c) fiscalizar a execução do contrato, dando ciência à CONTRATADA, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar na sua execução;
- d) pagar de acordo com os preços e prazos pactuados;
- e) informar o nome, telefone e endereço eletrônico do (s) preposto (s) que ficará (ão) responsável (eis) pela fiscalização do contrato e o relacionamento com a CONTRATADA, comprometendo-se a atualizar essa informação sempre que necessária, de forma a garantir a boa prestação dos serviços;
- f) responsabilizar-se pela publicação no Diário Oficial do Município, do edital do contrato e de qualquer Termo necessário a formalização contratual;
- g) exercer de modo sistemático a fiscalização, através de pessoa ou grupo de pessoas especialmente designadas com o objetivo de verificar o cumprimento das disposições contratuais, por parte da CONTRATADA, em todos os seus aspectos;
- h) exercer a fiscalização conforme as atribuições especificadas no Termo de Referência.

**II - constituem-se obrigações da CONTRATADA:**

- a) submeter-se à fiscalização que a CONTRATANTE exercerá sobre a execução contratual, prestando, pontualmente, os esclarecimentos que forem solicitados pela FISCALIZAÇÃO, além de obrigar-se a instalar e manter, sem ônus para a CONTRATANTE, no cantão de obras, um escritório e os meios necessários à execução da fiscalização e medição dos serviços por parte da PMC;
- b) informar o nome, telefone e endereço eletrônico do preposto que ficará responsável pelo atendimento das solicitações da CONTRATANTE, comprometendo-se a atualizar essa informação sempre que necessária, de forma a garantir a boa prestação dos serviços, bem como indicar à SECRETARIA os números de telefones ou outro meio de comunicação para contato fora dos horários normais de atendimento, inclusive em finais de semana e feriados, para casos excepcionais, porventura ocorram;

ESTADO DO PARÁ  
MUNICÍPIO DE COIARÉS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE COIARÉS  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SUPRIMENTOS E LICITAÇÕES  
TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2018-PMC  
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 69/2018-PMC



c) dar ciência, por escrito, de qualquer anormalidade que verificar na execução dos serviços, registrando, obrigatoriamente, no Diário/Livro de Ocorrências, o seguinte:

- I - as condições meteorológicas prejudiciais ao andamento dos trabalhos;
- II - as falhas dos serviços de terceiros não sujeitas à sua ingerência;
- III - as consultas à FISCALIZAÇÃO;
- IV - as datas de conclusão de etapas caracterizadas de acordo com o cronograma aprovado;
- V - os acidentes ocorridos no decurso dos trabalhos;
- VI - as respostas às interpelações da FISCALIZAÇÃO;
- VII - a eventual escassez de material que resulte em dificuldades para a obra ou serviço;
- VIII - outros fatos que, a juízo da CONTRATADA, devam ser objeto de registro.

d) executar as obras e serviços dentro dos parâmetros e normas estabelecidas, em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis e às recomendações feitas pela FISCALIZAÇÃO;

e) comunicar à FISCALIZAÇÃO a ocorrência de qualquer fato ou condição que possa atrasar ou impedir a conclusão das obras e serviços, no todo ou em parte, de acordo com o cronograma físico, indicando as medidas para corrigir a situação;

f) executar as suas obras, todos os ensaios, testes e controles tecnológicos necessários ao cumprimento da FISCALIZAÇÃO, conforme a melhor técnica com procedimentos à posteriori, para a qualidade dos serviços executados;

g) substituir, por exigência da FISCALIZAÇÃO, a qualquer época, os materiais ou mão de obra utilizados na execução das obras e serviços objeto deste Contrato, que não estejam de acordo com as condições contratuais previstas e que comprometam a sua execução;

h) retirar dos serviços qualquer empregado, proposto seu, ou ainda pessoa que a qualquer título, esteja embaraçando ou prejudicando o andamento dos serviços, por ausência de exclusão, conveniência da CONTRATANTE, cuja comprovação de eficiência for julgada insatisfatória pela FISCALIZAÇÃO;

i) reparar, corrigir, remover, reconstruir, às suas expensas, no todo ou em parte, as obras e serviços objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de má qualidade dos materiais empregados;

j) não ceder ou dar em garantia, a qualquer título, no todo ou em parte, os créditos de qualquer natureza, decorrentes ou oriundos deste contrato, salvo com autorização prévia e por escrito da CONTRATANTE;

k) assumir plena responsabilidade legal, administrativa e técnica pela qualidade dos serviços executados, por um prazo mínimo de 05 (cinco) anos após o recebimento definitivo das obras e serviços pela Prefeitura Municipal de Coiarés, respondendo, integralmente, por danos e danos que vier a causar a CONTRATANTE, ou a terceiros, em razão de ação ou omissão devida ao objeto da obra ou de seus prepostos, independentemente de qualquer reclamação contratual ou legal, se estiver sujeita;

l) promover a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART do contrato no CREA/PA;

m) responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários e comerciais, resultantes da execução do contrato, inclusive nos casos de rescisão contratual;

n) sinalizar adequadamente o local das obras e serviços para evitar acidentes, inclusive sinalizar a segurança interna do canteiro de obras;

o) cumprir e fazer cumprir as normas regulamentares sobre ambiente, segurança, medicina e higiene do trabalho;

ESTADO DO PARÁ  
MUNICÍPIO DE COLARES  
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLARES  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SUPRIMENTOS E LICITAÇÕES  
TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2018-PMC  
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 69/2018-PMC



- p) contratar o fornecimento de minérios aplicados à construção civil (areia, seixo, brita, etc.), quando for o caso, somente de pessoas que possuam licença ambiental expedida pela autoridade estadual e municipal de Meio Ambiente, conforme a área de jurisdição;
- q) afixar as placas de obra, enquanto durar a execução dos serviços, nos locais determinados pela FISCALIZAÇÃO, de acordo com os modelos adotados pela CONTRATANTE, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contados a partir da data do recebimento da ordem de início dos serviços, sob as quais não serão liberados quaisquer pagamentos. A CONTRATADA será responsável pelo fornecimento, colocação e manutenção de todas as placas de obra;
- r) manter engenheiro sênior responsável no local da obra ou serviço, para provar o que disser respeito à regular execução contratual, com capacidade e poderes bastantes para representá-lo perante a FISCALIZAÇÃO e resolver problemas técnicos emergentes, mantendo registro diário de todas as ocorrências e sempre colocando à disposição da FISCALIZAÇÃO no condômino do imóvel, de acordo com o que for exigido;
- s) contratar preferencialmente mão-de-obra local, utilizando os cadastros do SINES;
- t) uniformizar e identificar todos os funcionários ligados aos serviços;
- u) proporcionar assistência médica, hospitalar e primeiros socorros, bem como fornecer todos os equipamentos de proteção individual e coletiva (EPIs e EPCs), com treinamento para o seu uso, necessários para atender as normas de segurança e medicina do trabalho;
- v) fornecer transporte, alojamento e refeições ao seu pessoal;
- w) cumprir as normas da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes;
- x) elaborar, especificamente para execução da obra, objeto desta licitação, folha de pagamento, guia de recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e informações e guia da Previdência Social;
- y) cumprir as demais exigências e determinações contidas no Termo de Referência.

**CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES:** No caso de atraso injustificado, parcial ou total, na inexecução do contrato, a CONTRATADA ficará sujeita, sem prejuízo das responsabilidades civil, criminal, ressalvadas os casos devidamente justificados e comprovados, a critério da Administração, ainda garantida prévia e ampla defesa, às seguintes cominações administrativas, cumulativamente, não, com as penalidades previstas neste instrumento:

- a) advertência;
- b) multa de:
- b.1 multa moratória, não compensatória, de 0,4% (zero vírgula quatro pontos por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor do contrato, pela inopuntualidade no cumprimento das obrigações assumidas, até o limite de 30 (trinta) dias;
- b.2 multa compensatória, de 20% (vinte por cento), calculado sobre o valor do contrato, em caso de inexecução parcial ou total do objeto, ensejador da rescisão contratual determinada unilateralmente pela Administração;

I - a CONTRATANTE fica explicitamente autorizado a descontar dos eventuais créditos existentes da CONTRATADA, as multas aplicadas, inclusive, podendo utilizar para tal, os valores prestados pela CONTRATANTE;

II - em caso de não pagamento das multas aplicadas, ou, ainda, que os créditos da CONTRATADA não sejam suficientes para tal pagamento, os valores apurados em seus saldos serão inscritos em Dívida Ativa - Não Tributária do Município;



ESTADO DO PARÁ  
MUNICÍPIO DE COLARES  
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLARES  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SUPRIMENTOS E LICITAÇÕES  
TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2018-PMC  
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 69/2018-PMC



c) suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Colares;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

Parágrafo único. Fica assegurado à CONTRATANTE o direito de reclusão do pagamento de multa, em caso de inadimplência da CONTRATADA, as importâncias correspondentes a multas, faltas ou débitos a que possa estar sujeita, dada causa.

**CLÁUSULA NONA – DAS ALTERAÇÕES DO CONTRATO:** O contrato poderá ser alterado em conformidade com o disposto na Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO:** Independentemente do prazo estipulado na cláusula quinta, este contrato poderá ser rescindido, nas seguintes hipóteses:

a) de comum acordo entre as partes, independente de qualquer motivo, mediante simples aviso prévio de 30 (trinta) dias a contar do recebimento da notificação;

b) por inadimplemento da Prefeitura ou da CONTRATADA de quaisquer obrigações assumidas neste contrato, sem prejuízo das responsabilidades civil e penal cabíveis;

c) liquidação amigável ou judicial ou falência da CONTRATADA;

d) transferência total ou parcial de obrigações assumidas neste contrato, sem prévia aprovação da CONTRATANTE, por escrito;

e) quando a alteração do estatuto ou contrato social da CONTRATADA prejudicar a execução do contrato, a critério da CONTRATANTE;

f) a CONTRATADA tenha sua idoneidade técnica ou financeira abalada ou o seu controle societário modificado de forma a prejudicar a fiel execução de suas obrigações contratuais;

g) nas hipóteses previstas nos artigos 77, 78 e 79, da Lei 8.666/93, conforme o caso;

h) nos demais casos previstos na legislação aplicável.

Parágrafo único. A CONTRATADA declara explicitamente que reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa, conforme previsto no art. 77, da Lei 8.666/93.

**CLÁUSULA DÉCIMA – PRIMEIRA: DA VINCULAÇÃO À LICITAÇÃO:** O presente contrato está vinculado à licitação na modalidade Tomada de Preços nº 01/2018-PMC.

Parágrafo único. A CONTRATADA se obriga a manter, durante toda a execução contratual, a compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:** O presente contrato administrativo é regulado pela Lei Federal nº. 8.666/93, com suas alterações posteriores, aplicando-se, suplementarmente, normas de direito privado, no que couber.

ESTADO DO PARÁ  
MUNICÍPIO DE COLARES  
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLARES  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SUPRIMENTOS E LICITAÇÕES  
TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2018-PM/C  
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 69/2018-PM/C




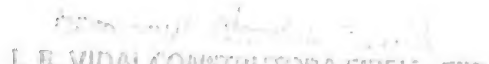
CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO: O presente CONTRATO será publicado, na forma de extrato, no Diário Oficial do Estado do Pará.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO: Fica eleito o foro da Justiça Comum da comarca de Colares, Estado do Pará, para dirimir quaisquer litígios oriundos do presente contrato, excluindo-se qualquer outro, por maior privilegiado que seja.

E, por estarem ajustadas e contratadas assinam as partes o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito, na presença das testemunhas abaixo.


Colares, PA, em 26 de Julho de 2018.

  
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLARES  
FRANCISCO PEDRO ARANHA DE OLIVEIRA  
PREFEITO MUNICIPAL  
CONTRATANTE

  
L.R. VIDAL CONSTRUTORA CIRELI - EPP  
EMANUEL ALMEIDA VIDAL  
REPRESENTANTE LEGAL  
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1.   
Nome: \_\_\_\_\_  
CPF: 082.259.207-15

2.   
Nome: \_\_\_\_\_  
CPF: 719.259.207-15




ESTADO DO PARÁ  
MUNICÍPIO DE COLARES  
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLARES




## ORDEN DE SERVIÇO

A Prefeitura Municipal de Colares - PA, inscrita no CNPJ nº 05.835.939/0001-90, autoriza a Empresa L.R. VIDAL CONSTRUÇÃO EIRELI - EPP, localizada na Rua 2 de junho nº 12, Residencial Monte Asarat 01, Alameda Nova Jerusalém - Águas Brancas - Ananindeua - PA, inscrita no CNPJ nº 14.407.626/0001-21, através do contrato nº 69/2018, celebrado entre as partes de acordo com a licitação - Tomada de Preço nº 01/2018-PMC, A DAR INÍCIO A **SERVIÇOS** da obra objeto do contrato acima, Construção do Palco e Quiosque na Orla de Colares - PA, localizada na Rua do Rosário s/nº, Bairro Centro, neste município, obedecendo aos projetos e normas técnicas pertinentes à obra.

Colares - PA, 26 de julho de 2018

  
Francisco Pedro Aranha da Oliveira  
Prefeito Municipal

Recebi em 26/07/2018.

  
Emanuel Almeida Vidal  
Título Pessoa Física  
L.R. Vidal Construtora Eireli EPP



ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLARES  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO




PORTARIA DE DESIGNAÇÃO DE FISCAL DE CONTRATO

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE:

- I - Designar, com fulcro no art. 67 da Lei 3.656/93, o servidor **ANTÔNIO PATRICK SOUSA DA SILVA**, CPF 023.339.892-29, lotado na Secretaria Municipal de Administração, como Fiscal do Contrato Administrativo nº 069/2018 - P.M.C. que tem por objeto a contratação de empresa de engenharia para a construção do pátio e quiosque da área de colares, nos termos do Convênio nº 091/2018 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano - Obras Públicas - SEDOP e a Prefeitura Municipal de Colares, firmado com a **IL. VIDA. FIDELI - EPT**, inscrita no CNPJ sob o nº 14.867626/0001-21.
- II - O fiscal deverá acompanhar e fiscalizar a execução contratual, devendo anotar em registro próprio todas as ocorrências e diligenciar junto a CONTRATADA para o fiel cumprimento de suas obrigações.

Colares/PA, 26 de julho de 2018.

  
Antônio Carlos Monteiro de Oliveira  
Secretário Municipal de Administração

ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLARES

GABINETE DO PREFEITO  
EXTRATO DE CONTRATO TOMADA DE PREÇOS

Contrato Nº 068/2018-PM/C. Tomada de Preços 18º 01/2018-PM.  
Objeto: Contratação de empresa de engenharia para a construção do  
palco e quiosques da orla de Colares, nos termos do Convênio nº  
091/2018 – Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Urban  
Públicas - SEDOP e a Prefeitura Municipal de Colares. Assinado  
26/07/2018. Vigência: 240 (duzentos e quarenta) dias. Contratante:  
Prefeitura Municipal de Colares. Contratada: L. R. NUNES  
CONSTRUTORA EIRELI - EPP, CNPJ: 16.407.625/0001-24.  
Valor: R\$ 539.469,24.

Ordenador:

FRANCISCO PEDRO DE OLIVEIRA OLIVEIRA  
Prefeito Municipal.

Publicado em:  
Folha 3º, Caderno 15, p.  
Código Identificador: 1.1270.10.

Materia publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado  
do Pará no dia 08/09/2018, Edição 2062.  
A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita  
informando o código identificador no site:  
<http://www.diariomunicipal.com.br/famap>

NOTA DE EMPENHO 2007-2010

Município de Colares  
Câmara Municipal de Colares  
1º de Maio de 2018

Modalidade: global

INTERESSADO

L. A VIDAL CONSTRUTORA EIRELI - EPP  
RUA DOIS DE JUNHO, LOJA 12 RESIDENCIAL MONT ARMAZEM  
Caramitanga-PA 67039-215  
15 497.615/0001-21

CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.01	Secretaria Municipal
13.431.3004.1.043	Revitalização, urbanização da orla da cidade
4.4.90.51.00	Obras e instalações
01940	Outras vias, pontes, etc.

Recursos.... crédito suplementar

.... 01/2016-PMC

DESCRIPTIVO DA OBRAS

Item anterior	Valor empenhado	Valor disponível
13.431.3004.1.043	39.389,21	

.... Contratar e executar as obras de revitalização e especificações constantes

Valor que se empenha para fazer face às despesas com contratação de empresa de engenharia para construção do palco e quiosque de orla da cidade, conforme o Convênio nº 091/2016, firmado de parcelamento urbano e obra de urbanização, a ser executada pela Prefeitura Municipal de Caramitanga, em conformidade com as especificações técnicas de referência e demais documentos que passem a integrar o presente instrumento.

Assinatura do Prefeito

Assinatura do Secretário de Planejamento

Colares, 29 de Agosto de 2018

DEPUTADO MUNICIPAL

CHANCELO



PREFEITURA MUNICIPAL DE ANANINDEUA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO FAZENDÁRIA  
NOTA FISCAL ELETRÔNICA DE SERVIÇO - NFS-e

Número  
NFS-e

Data e Hora da Emissão

23/08/2018 17:51:14

Competência

23/08/2018

Código de Verificação

26324

Número do RPS

No. da NFS-e substituída

Local da Prestação

COLARES - PA

Prestador de Serviço

Razão Social/Nome

VIDAL CONSTRUTORA EIRELI

Nome Fantasia

VIDAL CONSTRUTORA

CNPJ/CPF

14.407.626/0001-21

Inscrição Municipal

25574

Município

ANANINDEUA - PA

Endereço e CEP

RUA DOIS DE JUNHO, 01 - ÁGUAS BRANCAS CEP: 67033-215

Complemento

LOJA:12RESIDE  
NCIAL

Telefone

(81)4107-2810

e-mail

atendimento@vidalconstrutora.com.br

Tomador de Serviço

Razão Social/Nome

MUNICIPIO DE COLARES

CNPJ/CPF

05.535.939/0001-90

Inscrição Municipal

Município

COLARES - PA

Endereço e CEP

R JUSTO CHERMONT, SN - CENTRO CEP: 68785-000

Complemento

Telefone

e-mail

Discriminação do Serviço

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA CONSTRUÇÃO DO PALÇO E QUIOSQUES DA ORLA DE COLARES.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 034/2018/Semul-PMC

PROCESSO LICITATÓRIO TOMADA DE PREÇO Nº 01/2018- PMC

CONVÊNIO Nº 89/2018 SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO E OBRAS PÚBLICAS - SEDOP

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 69/2018

Código do Serviço / Atividade

7.01 / 711200000 - SERVIÇOS DE ENGENHARIA

Detalhamento Específico da Construção Civil

Código da Obra

Código ART

Tributos Federais

PIS (R\$)

COFINS (R\$)

IR (R\$)

1.200,00

INSS (R\$)

3.520,00

CSLL (R\$)

Detalhamento de Valores - Prestador do Serviço

Outras Informações

Cálculo do ISSQN devido no Município

Valor do Serviço R\$

80.000,00

Natureza Operação

Valor do Serviço R\$

80.000,00

(-) Desconto incondicionado

0,00

1 - Tributação no município

(-) Deduções Permitidas em Lei

0,00

(-) Desconto Condicionado

0,00

Regime Especial Tributação

(-) Desconto incondicionado

0,00

(-) Retenções Federais

4.720,00

0 - Nenhum

Base de Cálculo

80.000,00

(-) Outras Retenções

0,00

Opção Simples Nacional

(x) Alíquota %

5,00

ISSQN Retido

0,00

2 - Não

ISSQN a Retor

( ) Sim (X) Não

(=) Valor Líquido R\$

75.280,00

Incentivador Cultural

(=) Valor do ISSQN R\$

4.000,00

1- Uma via desta Nota Fiscal será enviada através do e-mail fornecido pelo Tomador do Serviço.

2- A autenticidade desta Nota Fiscal poderá ser verificada no site: <http://ANANINDEUA.ginfes.com.br> com a utilização do Código de Verificação

Aviões